



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG IGOR ROCHA FERREIRA**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:  
O PAPEL DOS MILITARES NO CENÁRIO POLÍTICO PARA GARANTIR O  
SURGIMENTO DO ESTADO NACIONAL.**

**Rio de Janeiro  
2020**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG IGOR ROCHA FERREIRA**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:  
O PAPEL DOS MILITARES NO CENÁRIO POLÍTICO PARA GARANTIR O  
SURGIMENTO DO ESTADO NACIONAL.**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a pós-graduação lato sensu em Ciências Militares com ênfase em Defesa Nacional.

**Rio de Janeiro  
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEx - DESMII  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Eng IGOR ROCHA FERREIRA**

Título: **BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:  
O PAPEL DOS MILITARES NO CENÁRIO POLÍTICO PARA GARANTIR O  
SURGIMENTO DO ESTADO NACIONAL.**

**Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola  
de Aperfeiçoamento de Oficiais, como para a  
obtenção da pós-graduação Ciências  
Militares, com ênfase em Defesa Nacional.**

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>MARCO RODRIGO FISCHER PRADO - Cap</b> Presidente da Comissão	
<b>FRANCISCO HAMILTON DE SOUSA JUNIOR - Cap</b> 1º Membro e Orientador	
<b>PEDRO AFONSO OS SANTOS JUNIOR - Cap</b> 2º Membro	

**IGOR ROCHA FERREIRA – Cap**  
Aluno

# **BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O PAPEL DOS MILITARES NO CENÁRIO POLÍTICO PARA GARANTIR O SURGIMENTO DO ESTADO NACIONAL.**

Igor Rocha Ferreira\*  
Francisco Hamilton de Sousa Júnior\*\*

## **RESUMO**

O presente trabalho trata do papel dos militares no processo de independência brasileiro e como essa participação garantiu o êxito do Imperador D. Pedro I nos conflitos decorrentes da execução de tal processo. Busca por meio da exposição dos acontecimentos e do contexto histórico da época, bem como da análise das teorias de autores consagrados sobre a relação política-militar, chegar a uma conclusão de como se deu a participação militar nesse processo histórico e quais foram os reflexos na sociedade da época e atual.

Palavras-chave: Política. Militares. Estado. História Militar. Independência do Brasil

## **RESUMEN**

El presente trabajo aborda el papel de los militares en el proceso de independencia de Brasil y cómo esta participación garantizó el éxito del emperador D. Pedro I en los conflictos resultantes de la ejecución de este proceso. Buscando a través de la exposición de eventos y el contexto histórico de la época, así como analizando las teorías de autores de renombre sobre la relación político-militar, para llegar a una conclusión de cómo tuvo lugar la participación militar en este proceso histórico y cuáles fueron las consecuencias en el sociedad de la época y hoy.

Palabras clave: Política. Militar. Estado. Historia Militar. Independencia de Brasil

---

\* Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011.

\*\* Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008. Aperfeiçoado pela Escola De Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2017.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de independência foi um marco histórico e delimitou o nascimento oficial do Estado brasileiro pela ruptura com o sistema colonial português. Tal processo pode ser considerado reflexo de acontecimentos iniciados com a Revolução Francesa em 1789, a vinda da família real ao Brasil em 1808, a elevação do Brasil colônia à condição de Reino Unido com Portugal e Algarve em 1815 e o retorno de D. João VI à Portugal em 1821, aliados às ideias que circulavam a época, estabeleceram as condições necessárias para o sucesso do processo brasileiro.

Esse processo teve a participação de vários atores e segmentos da sociedade e ao contrário do senso comum, e do que diziam alguns autores como Eric Hobsbawn (2019, p. 181) em *A Era da Revoluções*, de que: “Em 1822, o Brasil separou-se pacificamente de Portugal sob o comando do regente deixado pela família real portuguesa em seu retorno à Europa após o exílio napoleônico.”, não foi um processo pacífico, conforme indica Laurentino Gomes no best seller 1822:

Um mito recorrente sobre a Independência do Brasil diz respeito ao caráter pacífico da ruptura com Portugal. Por essa visão, tudo teria se resumido a uma negociação entre o rei D. João VI e seu filho D. Pedro com algumas escaramuças isoladas e praticamente sem vítimas. É um erro. A guerra da independência foi longa e desgastante. (GOMES, 2015, p. 159)

Para vencer essa guerra D. Pedro I contou com o apoio de uma importante camada da sociedade, que segundo os ensinamentos de Maquiavel, em *A Arte da Guerra*, nenhuma instituição pode subsistir sem o seu apoio, conforme retratado no trecho a seguir:

[...] todas as artes praticadas na sociedade em função do bem comum, todas as instituições nela fundadas mediante o respeito às leis e o temor à Deus seriam vãs se não se preparasse igualmente a sua defesa, a qual, se eficaz, permite mantê-las, mesmo quando imperfeitamente estruturadas. Mas sem o apoio militar, as boas instituições não podem subsistir em boa ordem. (MAQUIAVEL, 2003, p.13)

Com isso, partindo da definição do filósofo Max Weber (2006, p.56) de Estado contemporâneo, como sendo “[...] uma comunidade humana que, dentro do limites de determinado território [...], reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”, tem-se que o Estado brasileiro somente pode ser entendido após o período de consolidação da unidade territorial pelas Guerras de Independência, com D. Pedro I tendo de fato o domínio das Forças Armadas brasileiras.

## 1.1 PROBLEMA

Tendo o processo de independência sido um importante momento histórico para a formação do Estado nacional, buscará o presente trabalho expor a participação militar como importante fator garantidor do processo histórico, pela análise de seu papel em relação ao Estado.

Formulando o seguinte problema de pesquisa: Que importância teve a ação da instituição militar na garantia do poder do imperador, para obter êxito no processo de independência, bem como, manter a unidade territorial?

## 1.2 OBJETIVOS

Buscando responder ao problema formulado, este trabalho propõe os seguintes objetivos:

### 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar como os militares garantiram o êxito do processo de independência, dando poder de fato ao imperador, possibilitando a unidade territorial e a formação do Estado Brasileiro.

### 1.2.2 Objetivos específicos

No intuito de viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado nesta pesquisa:

- a. Apresentar os principais acontecimentos históricos no período pré - independência;
- b. Relacionar esses acontecimentos com causa e influência no processo de independência;
- c. Analisar as Guerras de Independência, particularmente o episódio ocorrido no Rio de Janeiro.
- d. Discutir através da análise da obra de autores que trataram do papel militar na política, como se deu essa participação no período.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

A classe militar, no momento atual, está tendo grande enfoque e curiosidade por parte de toda sociedade. Entretanto, nota-se que existem grandes lacunas que não foram exploradas no meio acadêmico no que se refere a História Militar do Brasil.

Conforme chama a atenção o historiador José Murilo de Carvalho, sobre as razões do possível veto aos estudos militares, pode ser destacadas três razões principais dessa rejeição:

A de natureza intelectual, devido à dificuldade de enquadrar os militares dentro dos esquemas tradicionais da ciência política; (2) A de natureza política, uma vez que qualquer estudioso dos militares, que não seja simplesmente um denunciador da tortura, torna-se suspeito de conivência ou de tolerância com as práticas subversivas; e, por último, (3) A de natureza social, sendo essa a resistência mais antiga, pois desde a burguesia agrária sempre houve um certo desprezo dos intelectuais pelos militares do exército, sendo considerados pessoas de classe social inferior e *a posteriori* veio a rivalidade política em torno do controle do Estado (CARVALHO, 2005, apud TAVARES, 2009, p. 23).

Dessa forma, o presente estudo justifica-se por preencher um espaço dessas lacunas, oferecendo uma visão do papel dos militares na política, no período estudado e como essa participação contribuiu para o processo de unidade territorial. Além disso, este artigo servirá para mostrar como os destinos das Forças Armadas e da Nação brasileira estão intimamente ligados.

Dentre os aspectos positivos que podem ser destacados na abordagem proposta está o fato de que a pesquisa tratou sobre assuntos referentes a Independência do Brasil, tema que ganha importância com a aproximação do seu bicentenário.

Assim, o presente estudo possui grande relevância para as ciências militares, uma vez que, conforme afirma Carvalho (2001, p.18), “O estudo metódico da História Militar pode proporcionar uma valiosa visão em perspectiva para o exame crítico dos problemas contemporâneos.” O que corrobora com o pensamento de Pedrosa (2011, p. 5) no qual o ensino da História Militar tem uma função didática na educação dos chefes militares e oferece valiosas lições práticas sobre a arte da guerra, principalmente à medida que as atividades militares ascendem de nível técnico, quando não existem soluções padronizadas em manuais, pois embora essa não tenha a capacidade de “estabelecer regras prescritivas para os [...] decisores estratégicos, o estudo de casos históricos pode oferecer modelos de soluções para casos variados, enriquecendo o seu leque de opções.”

Portanto, o conhecimento produzido sobre o tema em estudo proporcionará uma visão da atuação militar na política histórica, sendo que, com base nessas informações, podem ser obtidos importantes aprendizados que auxiliarão na solução de questões militares do presente e do futuro.



## 2 METODOLOGIA

Esta seção apresentará como se pretende solucionar o problema de pesquisa, sendo dividida de maneira a possibilitar um entendimento claro das ideias.

A respeito das variáveis envolvidas no presente trabalho, definiu-se como variável independente “o processo de independência do Brasil”, uma vez que, espera-se que seu estudo contribua para a ocorrência de efeitos na variável dependente “importância dos militares no espectro político nacional”.

A respeito da dimensão da variável dependente, pretende-se estudar as visões de obras consagradas sobre o papel dos militares na política, através de autores como Nicolau Maquiavel, Carl Von Clausewitz, Samuel Huntington, Thomas Hobbes, Max Weber, entre outros, limitando-se este estudo àqueles fatores que podem ser diretamente relacionados com a participação militar no processo de independência.

Buscando analisar o papel dos militares no processo de independência, pretende-se usar como amostra, as ações militares que tiveram papel de destaque nos conflitos ocorridos no Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1822, e que puderam dar condições para as vitórias na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Pernambuco e Cisplatina, em favor do governo brasileiro.

Quanto ao método de abordagem, foi optado pelo **método dedutivo** que:

[...] pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente (análise do geral para o particular) para chegar a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira, logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993 apud RODRIGUES, 2006, p.30).

Pois ao observar o papel dos militares nos conflitos especificados, e analisar a visão de autores consagrados sobre o papel dos militares na política, poderá se concluir se realmente houve influência militar no processo político.

Quanto aos métodos de procedimentos, utilizou-se o **método histórico** que:

[...] se dá a partir do estudo dos conhecimentos, processos e intuições passadas, procurando identificar e explicar as origens contemporâneas. Muitos dos problemas contemporâneos podem ser analisados e entendidos a partir de uma perspectiva histórica e, a partir da sua análise, evolução e comparação, se podem traçar perspectivas. como forma de, a partir da análise de um processo histórico entender os problemas contemporâneos. (RODRIGUES, 2006, p.32)

Bem como do **método comparativo** que:

[...] desenvolve-se pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo

comparativo de grandes grupamentos separados pelo espaço e pelo tempo. (RODRIGUES, 2006, p.32)

Em relação ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa **básica** (ou pura), de abordagem **qualitativa**, com o objetivo geral de conduzir uma pesquisa **descritiva**, pretendendo determinar a natureza da relação entre as variáveis. (SELLTIZ et al., 1967, apud, RODRIGUES, 2006, p.37).

Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa **bibliográfica** e a pesquisa **documental**, ambas indispensáveis quando um tema histórico é estudado, segundo afirma Rodrigues (2006).

Por fim, a técnica de obtenção de dados utilizada foi a **coleta documental** e a **análise de conteúdo**.

## 2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, na revisão de literatura, serão abordados alguns fatos históricos fundamentais para o entendimento da dissertação. Após serem apresentadas as visões de autores de referência sobre a Revolução Francesa e seus reflexos, a vinda da família real em 1808 e o início da formação do Estado brasileiro, serão realizadas as análises dos seguintes assuntos: O processo de independência brasileiro; As Guerras de Independência e seus reflexos; e o papel dos militares no Estado.

Todos estes assuntos e definições serão utilizados como suporte à sistemática proposta.

### 2.1.1 A Revolução Francesa e seus reflexos

A Revolução Francesa pode ser entendida como um momento crucial que transformou a história da humanidade. Num movimento de ruptura com o “Antigo Regime”, gerou reflexos para diversos países da Europa e suas respectivas colônias.

Além de mudar o governo antigo, a Revolução pretendia também abolir a forma antiga de sociedade:

[...] ela teve de atacar simultaneamente todos os poderes estabelecidos, demolir todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os usos e, por assim dizer, esvaziar o espírito humano de todas as ideias nas quais se haviam fundamentado até então o respeito e a obediência. (TOCQUEVILLE, 2016, p.39)

Todo esse processo revolucionário instaurou um caos político na França, tendo inclusive subjogado muitos de seus líderes com a guilhotina. As Monarquias

Europeias, assustadas com esses acontecimentos, investem na ideia de reconquistar o território francês. É nesse momento que:

[..] entra em cena um jovem oficial chamado Napoleão Bonaparte. Nos anos seguintes, Napoleão se revelaria o maior gênio militar que a humanidade havia conhecido desde o Império Romano. Numa série de vitórias fulminantes, coube a ele impor pela força dos canhões as ideias que a Revolução fracassara em colocar em prática nos acalorados debates das assembleias gerais. (GOMES, 2015, p.44)

Napoleão destronou, prendeu, exilou e humilhou os monarcas do continente (GOMES, 2015), entretanto, em 1807 o imperador francês só não havia conquistado dois países: Inglaterra e Portugal. Os Ingleses, cujo a famosa marinha havia destruído as esquadras da França e da Espanha, evitaram o confronto em terra com os exércitos de Napoleão. Segundo Gomes:

Napoleão reagiu decretando o bloqueio continental, medida que previa o fechamento dos portos europeus ao comércio de produtos britânicos. Suas ordens foram imediatamente obedecidas por todos os países com uma única exceção: o pequeno e desprotegido Portugal. [...] Por essa razão, em novembro de 1807, tropas francesas marcharam em direção à fronteira de Portugal, prontas para invadir o país e destronar seu príncipe regente. (GOMES, 2014, p.31)

### **2.1.2 Vinda da corte portuguesa para o Brasil**

Com a invasão iminente de Portugal, D. João resolve pôr em prática o antigo plano de mudança da corte para o Brasil. Com “mais riquezas naturais, mão de obra e, em especial, maiores chances de defesa contra invasores do reino, foi, portanto, uma opção natural e bem avaliada” (GOMES, 2014). Sendo assim, perde força a ideia de uma fuga desesperada da família real, pois:

A existência de tantos planos, e tão antigos, explica por que a mudança da corte para o Brasil deu certo em 1807. Foi uma fuga, mas não tão apressada nem tão improvisada como geralmente se imagina. A decisão já havia sido tomada e analisada diversas vezes por diferentes reis, ministros e conselheiros ao longo de quase três séculos. (GOMES, 2014, p. 44)

No dia 16 de novembro, a esquadra inglesa apareceu na foz do rio Tejo, em território português, com uma força de 7 mil homens, com o objetivo de proteger o embarque da família real portuguesa e escoltá-la até o Brasil (GOMES, 2014). Em 30 de novembro, 15 mil soldados franceses e espanhóis, a comando do General Junot, entravam em Lisboa para capturar a família real, mas ficaram a “ver navios” (LOUSADA, 2008).

Esse fato tornou famosa a frase de Napoleão, em suas memórias escritas pouco antes de morrer no exílio na ilha de Santa Helena, referindo-se a D. João VI, rei do Brasil e de Portugal: “O Bragança foi o único que me enganou”. (MENCK, 2018)

Ao chegar ao Brasil em 1808, D. João iniciou um rápido processo de transformação que nas palavras do historiador Oliveira Lima (2006) “o tornavam o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”.

Isto ocorreu, pois logo nas primeiras horas que desembarcou no Rio de Janeiro, D. João criou seu primeiro ministério com o objetivo de criar um país a partir do nada. Com inúmeras medidas administrativas visou melhorar as comunicações entre as províncias, estimular o povoamento e aproveitar as riquezas da colônia, como também ampliar as fronteiras do Brasil, numa tentativa de aumentar a influência portuguesa na América. Promoveu a abertura dos portos e concedeu a liberdade de comércio e indústria manufatureira, autorizou a abertura de novas estradas, o que fez com que regiões mais distantes fossem exploradas e mapeadas e inaugurou a navegação a vapor. Introduziu o ensino superior leigo com a criação da escola superior de medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar. Estabeleceu ainda o Conselho Supremo Militar e de Justiça, a Intendência Geral de Polícia da Corte, o Erário Régio, o Conselho da Fazenda e o Corpo da Guarda Real, criou ainda, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e o real Teatro de São João. (GOMES, 2014).

Tais transformações culminaram com a decisão do dia 16 de dezembro de 1815: “Nesse dia, [...] dom João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve e promoveu o Rio de Janeiro a sede oficial da Coroa.” (GOMES, 2014).

Com isso, o Império Americano de Portugal, sonhado por D. João, pode tomar forma nos treze anos em que aqui passou, e contrastar de forma decisiva com a decadência vivida por Portugal nesse mesmo período. Ao criar um Estado, antes de construir uma Nação independente, o Brasil deixado por D. João em 1821 apresentava um futuro previsível e inevitável rumo a um processo de independência.

### **2.1.3 Processo de Independência**

O processo de Independência do Brasil teve como estopim as revoltas das cortes em Portugal iniciadas em 1820. Nesse período, quando Portugal já era governada por uma junta militar inglesa, comandada pelo Marechal Beresford e este encontrava-se no Brasil pedindo mais recurso ao rei para conter a rebelião, ocorreu o seguinte fato:

[...]foi impedido de desembarcar ao retornar a Lisboa e destituído de suas funções. Em seu lugar, formou-se uma nova junta de governo, composta de representantes da burguesia e da nobreza, clérigos e militares, sob a

liderança do Sinédrio, organização secreta criada no Porto em 22 de janeiro de 1818 e cujas ideias e articulações haviam sido fundamentais para sucesso da revolução liberal. (GOMES, 2014, p. 301)

Paralelamente na outra coroa ibérica:

Em janeiro de 1820, o general Riego y Nuñez decretou o Governo Constitucional Liberal na Espanha.[...] Fernando VII teve de aceitar o novo regime liberal e fingiu respeitá-lo.[...] dos dezoito países latino americanos que fizeram a sua independência no início do século XIX, onze o fizeram neste período em que os liberais estavam no comando das metrópoles ibéricas.(PASTORE, 2007, p. 44)

Entre as exigências das Cortes estavam o retorno da família real à Portugal e a criação de uma monarquia constitucional. Após extensas discussões, cogitando-se inclusive a possibilidade de enviar D. Pedro à Portugal, D. João profere a seguinte decisão; “Pois bem, se o meu filho não quer ir, irei eu” (MONTEIRO, 1981) e antes de partir de volta para Lisboa D. João dera um sábio conselho ao filho D. Pedro:

[...] “Pedro, se o Brasil tiver de se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para qualquer um desses aventureiros” [...] Nessa frase havia três mensagens. A primeira: depois de todas as transformações ocorridas desde de 1808, a independência brasileira parecia inevitável. A segunda: o processo de separação tinha de ser controlado pela monarquia portuguesa e pela família de Bragança. A terceira e última mensagem dizia que dom Pedro precisava evitar a todo custo que o novo país caísse nas mãos de republicanos. Nas palavras cifradas de dom João, eram esses os “aventureiros” que estavam fazendo a independência da vizinha América espanhola. (GOMES, 2015, p. 65)

Com isso, tentou-se no Brasil um processo conservador de independência, “que se diferenciava de outras por ter sido conduzida por um descendente da família real portuguesa, e resultando em uma ordem monárquica, o Brasil seria um caso único e superior, sobretudo, quando comparado a seus vizinhos hispano-americanos” (PIMENTA, 2009). Sendo assim, segundo a ótica conservadora do filósofo Edmund Burke, o processo brasileiro permitiu a aquisição de um novo sistema, mas assegurou o que já estava adquirido, em suas palavras:

Um povo que não cultiva a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes. [...] a ideia de herança proporciona um princípio seguro de transmissão, sem excluir totalmente um princípio de aperfeiçoamento. (BURKE, 2014, p.55)

Nesse sentido, a mudança foi essencial para preservar o que já existia, mantendo aquilo que funcionava e realizando as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento, o que também vai ao encontro dos Dez Princípios do Conservadorismo de Russel Kirk:

A experiência histórica continuada de um povo, dizem os conservadores, oferece um guia para a política muito melhor que os projetos de filósofos de cafeteria. Mas, é claro, há muito mais para a convicção conservadora do que esta atitude geral. (KIRK,2014, p.104)

Entretanto, como já mencionado, esse processo não ocorreu de maneira branda. Com o poder das Cortes aumentando, as mesmas tinham como objetivo transformar novamente o Brasil em colônia de Portugal:

Em um esforço deliberado de fragmentar o território brasileiro como forma de mais facilmente controlá-lo, no dia 24 de abril de 1821 as cortes haviam decidido dividir o Brasil em províncias autônomas. Cada uma delas elegeria sua própria junta provisória de governo, que responderia diretamente a Lisboa, sem dar satisfações ao príncipe regente dom Pedro. [...] As medidas mais drásticas saíram no dia 29 de setembro. Anulavam os tribunais de justiça e outras instituições criadas por dom João no Rio de Janeiro, restabeleciam o antigo sistema de monopólio comercial português sobre produtos comprados por ou vendidos por brasileiros e, por fim, determinavam que o príncipe regente dom Pedro voltasse imediatamente a Lisboa. (GOMES, 2015, p.89)

Ao tomar conhecimento das notícias das cortes, os brasileiros logo reagiram e por meio de manifestos, abaixo-assinados e pressão popular, acabaram por tornar possível o famoso “dia do Fico”, quando, a 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I anunciava a decisão de permanecer no Brasil, contrariando as cortes. Do agravamento dessa cisão e do crescente sentimento da busca por independência, resultaria o ato do Príncipe Regente em 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, proferir a tão famosa frase: “Independência ou Morte”, rompendo em definitivo os laços com Portugal.

#### **2.1.4 Guerras de Independência, o caso da exibição de força no Rio de Janeiro**

As Guerras de Independência ocorreram em diversas partes do território nacional no período pós “dia do Fico” e duraram até a assinatura do Tratado de Paz Amizade e Aliança em 29 de agosto de 1825, com reconhecimento da autonomia brasileira por parte de Portugal e Reino Unido.

Tendo ocorridos conflitos de diversas formas, podemos seguir a divisão feita por Rodrigues (2002) para analisá-los, pois segundo ele:

[...] há duas formas de ação na guerra da Independência: a demonstração ostensiva de força, disposta a lutar e consciente de seus objetivos, que dominou e expulsou o inimigo, como é o caso do Rio de Janeiro e Pernambuco em especial, e a exibição de fraqueza que levou inevitavelmente a guerra para conseguir a vitória, ou seja, a Independência, a unidade política e a integridade territorial. (RODRIGUES, 2002, p.180)

No Rio de Janeiro, mesmo não sendo o local dos combates mais cruentos do processo de independência, foi onde D. Pedro teve seu maior protagonismo e segundo o historiador Helio Franchini Neto : “ Foi a partir do polo de poder do Rio de Janeiro – político, militar e ideológico – é que se deu a emancipação do Brasil na forma como a conhecemos, no formato em que conhecemos.” (NETO, 2015, p.138)

Após o “dia do Fico”, reações por parte das tropas leais às cortes portuguesas começaram a se desencadear. A Divisão Auxiliadora, principal guarnição militar de Portugal no Rio de Janeiro sob comando do General Avilez, planejava sequestrar D. Pedro e manda-lo juntamente com família de volta a Portugal, tendo sido narrado na obra de Gomes a seguinte passagem ocorrida em 11 de janeiro de 1822:

Na porta do teatro de São João, onde dom Pedro compareceu na noite do dia 11, o tenente-coronel português José Maria da Costa lançou um desafio: “Havemos de leva-lo pelas orelhas”, gritou. “A tropa vai cercá-lo e prendê-lo.” Referia-se a um plano secreto, urdido por parte das tropas, de sequestrar o príncipe e leva-lo à força para bordo da fragata União, já preparada para transportá-lo com a família de volta para Lisboa. (GOMES, 2015, p.92)

Avilez via com preocupação as consequências do “Fico” e concordava com a ideia proferida por um deputado às cortes de:

[...] ser “preciso armar os Governos da América com uma força capaz de sufocar esses fermentos anárquicos” e a independência era o principal deles, e decidiu precipitar os acontecimentos, pedindo demissão do cargo de comandante-de-divisão e a concessão dos passaportes. Com este ato agitou a tropa portuguesa e esta pediu-lhe que permanecesse no comando. Os soldados dos batalhões 11<sup>o</sup> e 15<sup>o</sup> e os de Artilharia enfurecidos percorreram as ruas, quebraram as vidraças e apagaram as luzes. Neste mesmo dia, ocupavam, as forças portuguesas, o Morro do Castelo e outras posições, pretendendo coagir o Príncipe a voltar. (RODRIGUES, 2002, p.185-186)

Ao saber dos acontecimentos iniciados pela Divisão Auxiliadora, D. Pedro reagiu de maneira calma:

[...] tendo permanecido no Teatro até o fim da apresentação, momento em que deu ordens para que as forças de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> linha se mobilizassem, como medida de precaução. Partiu, depois, para São Cristóvão, de onde continuou a expedir ordens e mobilizar apoios. (NETO, 2015, p.164)

As determinações de D. Pedro foram cumpridas e:

Começaram os brasileiros, oficiais e soldados de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> linha a se reunirem no Campo de Santana, para onde acorreram cidadãos de todas as classes, padres, empregados públicos, todos agregando-se aos corpos incompletos de 1<sup>a</sup> linha. Mandou-se buscar a bateria de Artilharia Montada, [...] enquanto os portugueses se apossavam de sua posição ameaçadora, que dominava as principais ruas da cidade, os brasileiros requisitavam todos os cavalos e burros da cidade, despachavam expressos a todos os regimentos de milícias pela província. Armaram-se, recolheram munições, espalharam notícias aterradoras para os portugueses, assegurando a posse de grandes recursos de armas e munições, e que além da gente ali reunida, esperavam reforços de outras vilas da província, de São Paulo e de Minas Gerais. (RODRIGUES, 2002, p.186)

Com o agravar das tensões o conflito parecia iminente, mas o derramamento de sangue não era almejado por nenhuma das partes, conforme relata o General Avilez em documento dirigido ao governo de Lisboa:

Diz-se espantado com “a posição do Campo de Santana que todo se achava acumulado de grupos de homens armados, de quantidades de peças de artilharia, onde, por momentos, crescia o número de gente armada, o que não

me deixou dúvida do perigo iminente a que estava reduzido o País, e da exatidão de meus temores. Para evitar o rompimento hostil, que certamente teria causado o derramamento de muito sangue inocente, estabeleci o meu Quartel-General no quartel do 11º Batalhão, donde ordenei todas as providências necessárias, não só para precaver, que se rompesse o fogo, como também para evitar toda a desordem e ultraje que se pudesse fazer aos habitantes e as suas propriedades." (RODRIGUES, 2002, p.186)

A mesma intenção era propagada pelo lado brasileiro, conforme o relato da conversa entre o General Oliveira Álvares, português, aliado do Brasil e o Capitão Avilez, capturado pelas forças brasileiras e irmão do General Avilez:

"O Sr. Capitão está habituado a calcular e pode, de um golpe de vista, avaliar quantos milhares de homens aqui estão armados, municiados e ansiosos por combater, grande parte já serviu na primeira e segunda linha e os mais estão disciplinados, visto que desde muito nos preparamos para o que puder suceder." "Não desejamos que corra sangue e por isso não iremos atacar a divisão; mas se ela aqui vier ou tentar algum movimento hostil, combateremos. Pode, portanto, retirar-se e ir referir a seu irmão o que viu e ouviu." (RODRIGUES, 2002, p.187)

O conflito teria sido trágico para ambas as partes conforme diz o Coronel Manuel Joaquim de Meneses que participou dos acontecimentos:

[...] que, se a divisão marchasse naquela noite e nos atacasse, desarmados, faltos de munições e de disciplina, seríamos desbaratados, embora, em seguida, a divisão também sucumbisse ao furor do povo e das forças que se reuniram. Logo ao amanhecer, concorreram ao campo os mais timoratos e duvidosos e foram aparecendo armas e munições. Por isso, na manhã do dia 12, havia no Campo de Santana um número considerável de forças regulares e gente armada. (RODRIGUES, 2002, p.187-188)

Da análise das intenções e atitudes das partes em conflito é bem claro para José Honório Rodrigues que:

[...] a disposição de resistir e a demonstração enérgica de forças evitaram a guerra e garantiram a vitória. Se não houvesse desde a primeira hora a bravura dos oficiais entre os quais menciona Meneses, aqueles que com o tempo se distinguiam ainda mais como o Coronel José Joaquim Lima e Silva, o Capitão Manuel da Fonseca Lima e Silva, já naquela época maçons, e outros ainda não maçons como o Capitão Francisco de Lima e Silva e seu filho, Tenente Luís Alves de Lima e Silva; senão houvesse a colaboração do povo armado, a tropa portuguesa teria dominado a conjuntura como aconteceu na Bahia. Só a guerra então resolveria a situação. (RODRIGUES, 2002, p.188)

As tropas brasileiras segundo José Honório Rodrigues (2002) eram estimadas entre quatro mil e dez mil homens, enquanto que as tropas portuguesas foram calculadas entre setecentos a dois mil homens. Em menor número, porém, segundo Gomes (2015), mais bem treinadas e organizadas, as tropas leais a Portugal:

[...] não esperavam, como escreveu Maria Graham, tal prontidão e decisão. Não tinham levado provisões para o morro e convenceram-se de que poderiam ser reduzidos pela fome, em face da enorme superioridade numérica dos brasileiros reunidos no Campo de Santana. (RODRIGUES, 2002, p.189)



Conforme a situação perdurava e as negociações seguiam:

[...] os ânimos enfim se acalmaram com a notícia de que o general Avilez se dispunha a retirar seus homens para Praia Grande, em Niterói, do outro lado da baía de Guanabara. Foi um grande alívio. O comércio reabriu as portas e a cidade voltou a funcionar. Dom Pedro mandou bloquear as tropas de Avilez por terra e mar e determinou que embarcasse para Lisboa (GOMES, 2015, p.92-93)

Entretanto a divisão ainda oferecia resistência em se retirar do Brasil e acatar as ordens de D. Pedro:

Em 30 de janeiro, D. Pedro deu ordem para que a divisão embarcasse nos dias 4 e 5 de fevereiro, antes que chegasse a outra que devia levá-la. Em 31, a divisão declarava em petição não cumprir tal ordem, fazendo, ao final, uma intimação ameaçadora. D. Pedro respondeu no dia imediato, 1º de fevereiro, com uma proclamação em que considerava aquela tropa insubordinada e em rebelião aberta, ao recusar-se a cumprir-lhe as ordens. "O soldado que é desobediente ao seu superior", dizia D. Pedro firmando sua autoridade, além de péssimo cidadão, é o maior flagelo da sociedade civil, que o veste, nutre e honra " Todas as providências foram tomadas para fazer obedecer a resolução [...] Em 6 de fevereiro, a cidade agitou-se, na expectativa do prazo findo, e gente armada correu a reunir-se em forma. José Bonifácio, a cavalo, dispunha-se a participar da luta. O Príncipe era bravo e atrevido, tinha agora (desde 16 de janeiro de 1822) um ministério brasileiro que o apoiava, enquanto os servidores portugueses eram dominados pela pusilanimidade, pelo egoísmo, pela covardia. Em 9 de fevereiro, disse D. Pedro aos oficiais que lhe pediram novo adiamento: "Já ordenei e se não executarem amanhã, começo a lhes fazer fogo." (RODRIGUES, 2002, p.191)

Diante da postura firme do Príncipe, apoiado em suas forças leais, a Divisão Auxiliadora iniciou seu embarque a 10 de fevereiro e partiu no dia 15. Estava encerrada a disputa de força no Rio de Janeiro e D. Pedro começava a demonstrar o poder que vinha adquirindo para tornar-se de fato o Imperador do Brasil.

### **2.1.5 Reflexos das ações no Rio de Janeiro**

As ações iniciadas com o "Fico" do Príncipe Regente e a vitória sobre a Divisão Auxiliadora puseram em ação "o projeto do 'polo do Rio de Janeiro' na disputa política. Dele se consolidou a disputa com as Cortes, [...] que terminou na Independência e na guerra necessária para a garantia da unidade brasileira." (NETO, 2015, p.175)

Segundo Neto:

A ausência de efetivo combate no Rio de Janeiro não deve ser suficiente para diminuir a importância de D. Pedro ter logrado resistir militarmente, como o fez. No plano político, ganhou apoios e transmitiu mensagem muito distinta da vacilação anterior. Adquiriu tom discursivo mais firme, capaz de construir uma narrativa de proteção do Reino e da própria Coroa contra as "malditas Cortes", além de fortalecer a imagem do elemento "brasileiro" que resistia à tentativa de recolonização. (NETO, 2015, p.175)

Vendo a necessidade de uma força militar efetiva que continuasse garantindo sua autoridade, D. Pedro:

[...] adotou, ao longo de todo o período de 1822-1823, medidas de organização militar que são parte indissociável do processo de emancipação. O processo que resultou na Independência do Brasil foi também um processo militar. O Príncipe envolveu-se pessoalmente no esforço militar, trabalhando sobre a organização das unidades, na administração, finanças e planejamento. (NETO, 2015, p.240)

Com uma Força Armada forte e um polo de comando no Rio de Janeiro, puderam ser criadas condições para que o processo de independência, materializado com sua proclamação em 7 de Setembro de 1822, pudesse ser consolidado pelas campanhas em Pernambuco, na Cisplatina, na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Pará, que segundo a pesquisa de Neto sobre o número de baixas:

[...] é possível realizar algumas estimativas, com as mortes variando entre 2-3 mil na Bahia, 500-1 mil no Piauí-Ceará-Maranhão, 100 na Cisplatina e, utilizando-se a avaliação de Varnhagen, 1 mil no Pará. Chega-se, assim, ao número possível de 3 a 5 mil mortos na Guerra de Independência. No caso das baixas, que incluem feridos e prisioneiros, esse valor poderia dobrar. Sublinhe-se, como dito acima, que esses valores estimados ocorreram em pouco mais de um ano de conflito. (NETO, 2015, p.623)

Nessas ocasiões destacaram-se nomes importantes que podem ser considerados como os primeiros formadores de um Exército Nacional. General Joaquim Xavier Curado, General Lecor, General Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, General Labatut, Coronel Oliveira Álvares, Maria Quitéria de Jesus, José Antônio da Silva Castro, José Pereira Filgueiras, Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva e seu jovem sobrinho Luís Alves de Lima e Silva, bem como o jovem Manuel Luís Osório entre outros, que nas palavras de José Honório Rodrigues:

Foram os soldados da Independência obscuros lidadores, cujos nomes se perderam através do tempo, os grandes obreiros da unidade política e da integridade territorial nacional. Milhares de pessoas sem nome, agindo com maior ou menor consciência, constituíram-se, com seus comandantes, numa força social. Ninguém pode ignorá-los ou obscurecer seus feitos. A independência foi uma obra política e militar. Um exército improvisado fez muito mais do que dele era lícito esperar. Unidos, povo e exército se constituíram numa força revolucionária que acabou com o julgo colonial. (RODRIGUES, 2002, p. 13-14)

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção irá discutir como os eventos expostos na revisão da literatura, relacionam-se com as teorias que tratam do papel militar na esfera política e se é possível através dessa discussão, concluir se as forças militares tiveram participação relevante no êxito do processo de independência brasileiro.

Da análise dos fatos expostos, pode-se notar que com a vinda da família real em 1808, fruto dos acontecimentos gerados pela Revolução Francesa, iniciou-se no Brasil a criação de vários órgãos e instituições, que juntamente com a elevação da colônia a Reino Unido com Portugal e Algarve, proporcionaram a formação de uma identidade nacional e gerou as condições necessárias para um inevitável processo de independência.

Tal processo, após sua conclusão, adquiriu características conservadoras e destacando-se de seus vizinhos hispano-americanos, o Brasil conseguiu manter uma unificação territorial devido ao êxito das Guerras de Independência.

Uma das principais causas dessas guerras foi o episódio ocorrido em 09 de janeiro de 1822, conhecido com o “dia do Fico”, que na análise do historiador Helio Franchini Neto:

O “Fico” não foi apenas uma proclamação, foi um ato político que derivou em confronto militar que durou quase um mês, até a saída da Divisão Auxiliadora. Não se deve subestimar o clima de tensão, o risco de desencadeamento da violência e, principalmente, o caráter político da guerra, o potencial de que a força pudesse ter sido usada para inverter a decisão do Regente. Todos esses elementos estavam presentes. (NETO, 2015, p.161)

Na clássica definição do estudioso da guerra, o alemão Carl Von Clausewitz:

A Guerra é meramente a continuação da política por outros meios. [...] a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91):

Para o cientista político Samuel P. Huntington:

[...] a guerra nunca é um ato isolado. Tampouco é a força um fim em si mesma. Ela só se justifica quando racionalmente empregada em favor de fins públicos. A guerra é sempre subordinada a fins políticos externos, que determinam a extensão e a natureza da violência a ser empregada. Os resultados na guerra nunca são absolutos. [...] o objetivo político da guerra permanece como o guia de todo o transcorrer da luta. As balas simplesmente tomam o lugar das notas diplomáticas. (HUNTINGTON, 2016, p.79)

Dessa forma, partindo das definições de Clausewitz e Huntington, e da análise de Neto, podemos entender que as Guerras de Independência foram a continuação do ato político do “Fico”, pelo meio bélico.

No confronto ocorrido no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro e fevereiro de 1822, houve exaltação de ânimos entre grupos defensores da autonomia brasileira com outros leais as cortes portuguesas. Para Huntington (2016, p. 92) “são os políticos e o povo, a opinião pública e os governos que dão início às guerras. Mas são os militares que têm o dever de travá-las”.

Com isso, notamos que a vitória inicial de D. Pedro sobre o General Avilez só foi possível após a concentração de tropas no Campo de Santana, que se declaravam leais ao Príncipe Regente.

Nesse sentido, corroborando com o que disse o filósofo Thomas Hobbes (2003, p. 143) de que “os pactos sem a espada são apenas palavras e não têm a força para defender ninguém.”, pode-se perceber que um dos principais fatores de sucesso nesse primeiro confronto foi a necessária força da espada, no caso, a espadas das Forças Armadas.

Ademais, pode-se analisar que tal vitória ocorreu de forma não sangrenta, seguindo o famoso ensinamento do escritor do séc IV no Império Romano, Flávio Vegécio: “*Si vis passem, para belum*”, que na tradução portuguesa de sua obra *Compêndio da Arte Militar*, pode ser assim entendido:

Portanto, quem desejar a paz, que prepare a guerra; quem ambicionar a vitória, que treine diligentemente os soldados; quem pretender desenlaces favoráveis, que lute com arte, não ao acaso. Ninguém ousa provocar, ninguém ousa agredir aquele que se percebe ser-lhe superior em caso de combate. (MONTEIRO, BRAGA, 2009, p. 257)

Nesse contexto, nota-se que as tropas leais ao Príncipe, mais numerosas que as da Divisão Auxiliadora, puderam garantir a ausência de um conflito trágico.

Para Neto:

O processo político que resultou na Independência do Brasil e na unificação do antigo Reino em Império caminhou apoiado na força armada. Ela não apenas garantiu que houvesse um centro organizado de poder no Rio de Janeiro, como foi essencial para que o caso brasileiro se diferenciasse daquele da América espanhola, na medida em que o Brasil terminou uno. Sem o pilar militar, restariam incompletas as explicações sobre a unidade brasileira. (NETO, 2015, p.137)

Sendo assim, salienta-se que no transcórre final do conflito com a Divisão Auxiliadora e nos conflitos seguintes, é possível notar um tom mais firme na atitude de D. Pedro. A certeza do apoio militar ao Príncipe proporcionou-lhe a confiança necessária para pôr em curso as ações que resultariam na Independência e unificação do território nacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, pode-se notar com o presente estudo, a desmistificação do processo de independência brasileiro ocorrido de maneira passiva e sem maiores esforços, foi pelo contrário, um processo sangrento, ceifando a vida de um número que pode ter alcançado o valor de 10 mil pessoas.

Nesse processo, observou-se no trabalho a comparação das visões de pensadores renomados sobre o papel militar em relação ao Estado, com os episódios ocorridos durante as Guerras de Independência, mais especificamente nos ocorridos na fase inicial na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo tais visões e episódios não estarem diretamente relacionados em um mesmo contexto de tempo e espaço, é possível concluir por meio de um raciocínio dedutivo, que ao se analisar os fatos ocorridos, nota-se que os mesmos corroboram com as ideias consagradas sobre o papel militar em relação ao êxito do poder político.

Com isso, consegue-se atingir a resposta ao nosso problema de pesquisa de que a ação da instituição militar na garantia do poder do imperador, para obter êxito no processo de independência, bem como, manter a unidade territorial, teve importância crucial, uma vez que, sem o apoio militar não seria possível ao Príncipe Regente manter o monopólio legítimo da força, para que os acontecimentos expostos se dessem da maneira como ocorreram. Cabendo destacar a singularidade do caso brasileiro em relação a seus vizinhos, ao não se dividir e tornar-se a maior Nação na América do Sul.

Dessa forma, a variável dependente se tornou válida, pois a importância dos militares no espectro político foi demonstrada pelos resultados advindos das Guerras de Independência, sendo estas a continuação das ações políticas por outros meios.

Em consequência, o objetivo geral do trabalho de avaliar como os militares garantiram o êxito do processo de independência, dando poder de fato ao imperador, possibilitando a unidade territorial e a formação do Estado brasileiro, foi alcançado.

Portanto, pode-se concluir que passados quase 200 anos da declaração de Independência, muitas lições podem ser retiradas desse processo histórico, que tornou o Brasil da maneira como se o conhece.

Dentre as principais lições, a participação intensa da parcela militar em todos os momentos importantes da história brasileira, talvez passe desapercibidamente por grande parte da sociedade civil. Citando novamente José Honório Rodrigues ao se referir aos soldados da Independência como os “obscuros líderes, cujos nomes se

perderam através do tempo[...]. Milhares de pessoas sem nome, agindo com maior ou menor consciência”, tem-se nesse retrato de anonimato o símbolo de uma das máximas mais conhecidas ao se referir aos profissionais das armas de: “Você pode não nos ver, mas estamos sempre presentes.”

Sempre estiveram e sempre estarão, pois estando ou não em posição de destaque, as Forças Armadas de um país serão permanentemente um fator de desequilíbrio na balança de poder. A responsabilidade de seus membros deve ser alta, competente e visar os interesses da Nação, principalmente os que estão em posição de liderança, assim como os que o fizeram em 1822 e os que os seguiram nesses dois séculos de história.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, José Eduardo. MONTEIRO, João G. **Vegécio: Compêndio da Arte Militar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 535 p.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução, apresentação e notas de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014. 255 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019. 320 p.

CARVALHO, L. P. Macedo. História militar: importância, natureza, aplicação e evolução. In: Defesa nacional: **Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 87, n. 789, p. 25-31, maio/ago. 2001.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

NETO, Hélio F. **Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)**. 2015. 651 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2015. 374 p.

\_\_\_\_\_. **1808: Como Uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014. 414 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 615 p. (Clássicos Cambridge de filosofia política).

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 a 1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 531 p.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. 2. ed. ver. e at. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. 592 p.

KIRK, Russell. **A política da prudência**. Tradução de Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2013. 496 p.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. 790 p.

LOUSADA, Abílio Pires. *A invasão de Junot e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal. A especificidade transmontana*. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2482, p. 01-22, nov. 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 208 p.

MENCK, José T. M. **D. João VI e a construção das bases do Estado nacional. Obra comemorativa dos 200 anos da aclamação de D. João VI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. 153 p.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da Independência**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v 2.

PASTORE, Fortunato. **Soldados nus: filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América Latina Independente; 1810- 2000**. 2007. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 2011. p. 01-16.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 03, p. 53-82, set. 2009.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da pesquisa científica: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares**. 3. ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2006. 130 p.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra – revolução as Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 336 p. 388 v.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. organizado por J. P. Mayer; tradução Rosemary Costhek Abílio. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016. 227 p.

WEBER, Max. **Ciência e Política - duas Vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e de Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2006. 79 p.